



TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui-se objeto deste, a futura Contratação de empresa especializada no fornecimento adequado de refeições tais como, café da manhã, almoço e coffee break. O serviço será para o atendimento das pessoas que irão participar da 2ª Conferência Regional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora como Direito Humano, que acontecerá no auditório da UNIVERSIDADE IGUAÇU (UNIG), localizada na BR-356, 02 - Cidade Nova, Itaperuna - RJ, 28300-000, conforme solicitado pelo CEREST-NO à Secretaria Municipal de Saúde, com necessidade de apoio e viabilidade dos recursos.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- a) **Objeto:** contratação de empresa especializada para prestação de serviços de buffet para o evento: (café da manhã, Almoço e Coffee Break no dia 09 abril de 2025; contemplando serviços de organização/ montagem do espaço no dia do evento, realização do preparo dos alimentos, fornecimento de cozinheiro, garçons, equipe de limpeza, bem como disponibilizar todos os utensílios necessários para execução do serviço), em atendimento das necessidades do CEREST-NO para a realização da 2ª Conferência Regional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora como Direito Humano com o apoio da Administração Municipal de Saúde de Itaperuna, conforme especificações e quantidades definidas neste instrumento.

BUFFET COMPLETO					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	<p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET, CONTEMPLANDO SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO/ MONTAGEM DO ESPAÇO NO DIA DO EVENTO, REALIZAÇÃO DO PREPARO DOS ALIMENTOS, SEGUINDO AS REGRAS DE BOAS PRATICAS DE MANIPULAÇÃO E HIGIENE, CONFORME O CARDÁPIO SOLICITADO, COZINHEIRO, GARÇONS, EQUIPE DE LIMPEZA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE UTENSÍLIOS P/ BUFFET COMO FORNECIMENTO DE TOALHAS TODAS AS MESAS, ROCHAUD, TRAVESSAS, SUQUEIRAS DE CRISTAL, COLHERES, PEGADORES, SUPORTES, PRATOS, TALHERES PARA CONVIDADOS, ETC... E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS P/ SERVIR O BUFFET NA QUANTIDADE SUFICIENTE PARA ATENDER A DEMANDA SOLICITADA. OS INSUMOS ALIMENTÍCIOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DOS PRATOS COMO: TEMPEROS, VERDURAS E DEMAIS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS SERÃO FORNECIDOS PELA CONTRATADA, INCLUINDO O GÁS DE COZINHA.</p> <p>CARDÁPIO CAFÉ DA MANHÃ: PÃO FRANCÊS, PÃO INTEGRAL, QUEIJO MUÇARELA, PRESUNTO, PATÊ DE AZEITONA, REQUEIJÃO CREMOSO, 2 OPÇÕES DE FRUTAS FRESCAS DA ESTAÇÃO (MELANCIA, ABACAXI, MAÇÃ, BANANA,...), CAFÉ PRETO, LEITE, SUCO NATURAL (LARANJA E ABACAXI), ÁGUA MINERAL, ACHOCOLATADO, BOLO DE CENOURA, BOLO DE MAÇÃ E GELEIA. O CAFÉ DA MANHÃ SERÁ SERVIDO AS 8:00 HORAS E FICARÁ EXPOSTO ATÉ AS 11:00 HORAS.</p> <p>CARDÁPIO ALMOÇO: ARROZ BRANCO, STROGONOFF DE FRANGO, FAROFA DE CENOURA COM ERVAS, BATATA RÚSTICA ASSADA, LEGUMES GRELHADOS OU ASSADOS, SALADA DE FOLHAS VERDES (ALFACE, RÚCULA, AGRIÃO, ESPINAFRE), SALADA DE FRUTAS, TORTA DE LIMÃO, SUCO NATURAL (LARANJA E ABACAXI), ÁGUA MINERAL (COM E SEM GÁS), REFRIGERANTES (OPÇÕES TRADICIONAIS E ZERO AÇÚCAR). O ALMOÇO SERÁ SERVIDO AS 12:30 HORAS E FICARÁ EXPOSTO ATÉ AS 13:30 HORAS.</p> <p>CARDÁPIO COFFEE BREAK: 2.400 (DOIS MIL E QUATROCENTOS) SALGADINHOS VARIADOS, CAFÉ PRETO, SUCO NATURAL (LARANJA E ABACAXI), ÁGUA MINERAL (COM E SEM GÁS). O COFFEE BREAK SERÁ SERVIDO AS 15:00 HORAS E FICARÁ EXPOSTO ATÉ AS 17:30 HORAS.</p> <p>EVENTO A SER REALIZADO O BUFFET: AUDITÓRIO da UNIVERSIDADE IGUAÇU (UNIG), LOCALIZADA NA BR-356, 02 - CIDADE NOVA, ITAPERUNA - RJ, 28300-000. AS DEMAIS CONDIÇÕES, ESTÃO DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.</p>	PESSOAS	200		



- b) O referido serviço é classificado como serviço comum, devido a sua natureza, e também não está classificado como itens de luxo, conforme preconiza o art. 20 da Lei 14.133/21.
- c) A vigência será contado a partir da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- d) O prazo para entrega do serviço será conforme local e data definido pelo CEREST-NO, para a realização da 2ª Conferência Regional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora como Direito Humano, descritos nos itens deste termo de referência. A critério da administração, poderá haver mudança nas datas dos eventos, no qual será comunicado ao licitante no prazo de 10 dias úteis antes da estipulação da nova data.
- e) Não haverá parcelamento da solução tendo em vista a baixa complexidade do serviço a ser executado, e demais justificativas apontadas em tópico específico no ETP em anexo nos autos.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação está fundamentada no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que permite a dispensa de licitação para valores inferiores aos limites previstos para o pregão.

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, em anexo nos autos.

2.3 A realização da 2ª Conferência Regional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora como Direito Humano, tem como objetivo promover debates e propor diretrizes para políticas públicas voltadas à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. O evento contará com a participação de autoridades, profissionais da saúde, representantes dos Conselhos Municipais de Saúde da Região Noroeste e demais convidados do CEREST-NO.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar.

3.2 Atender à demanda do CEREST-NO com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde, em consonância com os requisitos da administração pública, especialmente no que tange à transparência, eficiência e economicidade, mantendo o compromisso do gestor municipal.

3.3 Salienta-se que a não execução da contratação compromete severamente o comprometimento das atividades e eficiência da Administração.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A empresa contratada deverá utilizar materiais de menor impacto ambiental, retirar os materiais descartados em razão do serviço e destinar de forma adequada ambientalmente, de acordo com as normas ambientais.

4.2 Durante a execução do serviço, a empresa contratada deverá observar rigorosamente o cumprimento de todas as normas, regulamentos e legislações aplicáveis à execução do serviço.

4.3 Os serviços deverão ser prestados, de acordo com a data da 2ª Conferência Regional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora como Direito Humano, que acontecerá no dia 09 de abril de 2025 a partir das 8:00 horas até as 17:30 horas, o horário poderá ser estendido até a finalização de cada evento;

4.4 Custos de mão de obra e transporte deverão estar inclusos no preço;



4.5 O Município de Itaperuna/RJ reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com as especificações e condições constantes deste instrumento, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o Contrato conforme lei 14.133/2021 e demais legislações correlatas.

4.6 Para a aquisição pretendidas os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

4.7 A empresa deverá estar rigorosamente de acordo com as normas legais, com produtos no prazo de validade e embalagens devidamente lacradas. Caso contrário a empresa ficará responsável pela troca imediata do material. O material que apresentar alteração na qualidade será devolvido para substituição.

PARAGRAFO ÚNICO: DA VISTORIA

- a)** Poderá ser realizada a avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.
- b)** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, devendo o representante legal da empresa ou responsável técnico estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- c)** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

- a)** O contrato a ser firmado com a futura contratada, contado da data de assinatura do contrato.
- b)** O vencedor do processo irá firmar contrato com a administração municipal, conforme consta o modelo de minuta do contrato em anexo neste termo de referência.
- c)** Os profissionais necessários a execução e fornecimento dos serviços ora contratados, devem ser: equipe de limpeza, garçom, cozinheiro. Neste sentido, a mão de obra retro deve ser suficiente para execução dos serviços e ou elaboração das refeições e afins;
- d)** Nos casos em que haja a necessidade de reposição de qualquer material, todos os profissionais devem estar devidamente uniformizados de forma adequada ao evento;
- e)** A CONTRATADA será responsável pela alocação dos utensílios necessários para preparação e disponibilização dos alimentos e bebidas aos convidados e acomodação dos mesmos;
- f)** A CONTRATADA deverá preparar e servir os alimentos com alta qualidade, e dentro de rigorosas normas de higiene e limpeza;
- g)** A CONTRATADA, em qualquer tipo de serviço, será responsável pela ornamentação do ambiente, fornecendo toalhas de mesa, pratos, copos, taças, xícaras, talheres, bandejas, réchaud, balde de gelo, guardanapos, inclusive todo o pessoal necessário para o perfeito andamento dos serviços, necessários para o melhor desempenho da prestação do serviço;
- h)** O cardápio será repassado a contratada, conforme especificações deste termo de referência.
- i)** A CONTRATADA deverá fornecer pessoal de apoio suficiente para a prestação dos serviços;
- j)** A CONTRATADA obriga-se a manter todos os seus empregados devidamente uniformizados durante a prestação dos serviços ora contratados, garantindo que todos eles possuam os requisitos de urbanidade, moralidade e educação.
- k)** Caso o comportamento de algum empregado da CONTRATADA seja julgado prejudicial, inadequado, inconveniente ou insatisfatório à disciplina da administração do Município, a critério do CONTRATANTE, a licitante vencedora deverá



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

substituí-lo, sob pena de pagamento de multa;

l) A CONTRATADA deverá fornecer todo material necessário para execução do objeto dessa licitação, em perfeito estado de conservação e limpeza. Os materiais, pratos, talheres, copos e outros a serem utilizados pela empresa deverão ser de primeira qualidade, sem arranhão, defeito, estrago ou remendo.

m) As toalhas e cobre manchas não poderão estar manchados ou remendados.

n) O café da manhã, almoço e coffee break, deverão estar prontos e servido nos horários determinado conforme item 1 deste Termo de Referência.

o) A CONTRATADA deverá manter a mesa posta e realizando a reposição dos alimentos durante o evento.

p) A CONTRATADA deverá realizar a limpeza da cozinha, bem como de todos utensílios utilizados no Buffet incluindo (copo, taças, pratos, jarras etc.), entregando o local nas mesmas condições que foi disponibilizado.

q) A CONTRATADA deverá trazer ao local de preparo de alimentos todo equipamento e utensílios necessários para boa execução do serviço.

r) A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados todos os EPIs necessários (touca, avental, luvas, máscara se necessário e demais EPIs que sejam indispensáveis para a execução do serviço com segurança e higiene).

PARAGRAFO ÚNICO: os insumos alimentícios necessários para realização dos pratos como: temperos, verduras e demais produtos alimentícios serão fornecidos pelo município, além das instalações físicas, fogões, gás de cozinha e água.

5.2 DO CARDÁPIO

CAFÉ DA MANHÃ:

PÃO FRANCÊS, PÃO INTEGRAL, QUEIJO MUÇARELA, PRESUNTO, PATÊ DE AZEITONA, REQUEIJÃO CREMOSO, 2 OPÇÕES DE FRUTAS FRESCAS DA ESTAÇÃO (MELANCIA, ABACAXI, MAÇÃ, BANANA,...), CAFÉ PRETO, LEITE, SUCO NATURAL (LARANJA E ABACAXI), ÁGUA MINERAL, ACHOCOLATADO, BOLO DE CENOURA, BOLO DE MAÇÃ E GELEIA. O CAFÉ DA MANHÃ SERÁ SERVIDO AS 8:00 HORAS E FICARÁ EXPOSTO ATÉ AS 11:00 HORAS.

ALMOÇO:

ARROZ BRANCO, STROGONOFF DE FRANGO, FAROFA DE CENOURA COM ERVAS, BATATA RÚSTICA ASSADA, LEGUMES GRElhADOS OU ASSADOS, SALADA DE FOLHAS VERDES (ALFACE, RÚCULA, AGRIÃO, ESPINAFRE), SALADA DE FRUTAS, TORTA DE LIMÃO, SUCO NATURAL (LARANJA E ABACAXI), ÁGUA MINERAL (COM E SEM GÁS), REFRIGERANTES (OPÇÕES TRADICIONAIS E ZERO AÇÚCAR). O ALMOÇO SERÁ SERVIDO AS 12:30 HORAS E FICARÁ EXPOSTO ATÉ AS 13:30 HORAS.

COFFEE BREAK:

2.400 (DOIS MIL E QUATROCENTOS) SALGADINHOS VARIADOS, CAFÉ PRETO, SUCO NATURAL (LARANJA E ABACAXI), ÁGUA MINERAL (COM E SEM GÁS). O COFFEE BREAK SERÁ SERVIDO AS 15:00 HORAS E FICARÁ EXPOSTO ATÉ AS 17:30 HORAS.

5.3 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.3.1 De modo a ser possível a verificação do atendimento às exigências contidas neste instrumento, na proposta deverá constar minimamente o seguinte:

- Descrição do objeto, valor unitário e total;
- Número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente
- Endereço físico e eletrônico e telefone de contato;
- Data de emissão;
- Nome completo e identificação do responsável;

5.3.2 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.3.3 O regime de execução será por empreitada por menor preço global.



5.4 ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO (ART. 40, §1º, INCISO III, DA LEI Nº 14.133, DE 2021):

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5 PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

Com base no art. Art. 95 da Lei 14.133 de 2021, “O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.”

6. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que seja pertinente a execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- g) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.
- h) Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste contrato;
- i) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- k) Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.1 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

6.1.1 É de inteira responsabilidade da empresa contratada o recolhimento de impostos e demais responsabilidades trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para a CONTRATANTE.

6.1.2 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de catorze anos.



6.1.3. Assumir total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções.

6.1.4 A CONTRATANTE deverá exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada.

6.1.5 Exercer o acompanhamento e a fiscalização das aquisições, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 6.2.1** Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 6.2.2** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 6.2.3** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 6.2.4** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 6.2.5** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 6.2.6** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 6.2.7** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.2.8** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 6.2.9** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;
- 6.2.10** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 6.2.11** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

- 6.2.12** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 6.2.13** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 6.2.14** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 6.2.15** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 6.2.16** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.2.17** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;
- 6.2.18** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 6.2.19** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 6.2.20** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.2.21** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.2.22** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.
- 6.2.23** A partir de 14 de setembro de 2023, ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda - IR incidente sobre os pagamentos destinados às pessoas físicas e jurídicas, pelo fornecimento ou disponibilização de bens, ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base nas disposições constantes no Decreto Municipal nº 124, de 13 de setembro de 2023, na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela IN RFB 2.145/2023, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da Administração Pública Federal, os seguintes órgãos e entidades da Administração Pública Municipal: I - os órgãos da Administração Pública Municipal Direta; e II - as autarquias;
- 6.2.24** As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta da prestação de serviços, para entrega futura.
- 6.2.25** A retenção do imposto deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no anexo IV do Decreto Municipal 124/2023.
- 6.2.26** Não estão sujeitas à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas físicas ou jurídicas por serviços e produtos elencados no artigo 4º da Instrução Normativa da RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, devendo apresentar declaração conforme anexos I, II e III do Decreto 124/2023.
- 6.2.27** A obrigação de retenção do IR alcançará todos os contratos e relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e entidades mencionados no art. 2º do Decreto Municipal nº 124/2023
- 6.2.28** Os prestadores de serviço deverão, a partir da vigência do Decreto Municipal nº 124/2023, emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionados no art. 2º. Devendo o órgão contratante notificar o contratado do disposto Decreto Municipal nº 124/2023 para que, quando do faturamento dos bens e serviços prestados, passem a observar o disposto na Instrução Normativa nº 1234/2012 e alterações, a fim de viabilizar o cumprimento do art. 1º do Decreto Municipal nº 124/2023.



7. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 A Contratação, refere-se a um Contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de buffet para o evento.

7.2 Levando em consideração todo levantamento realizado no Estudo técnico preliminar, entendemos que neste caso o processo em regime de dispensa de licitação é fundamental para que não haja interrupção.

7.3 O processo licitatório se dará, através de **dispensa de licitação Art. 75 no inciso II da lei 14.133/21** e o critério de julgamento será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, então fica subentendido que a proposta vencedora será a que cumprir, todos os critérios deste termo de referência, ou seja a **MELHOR** proposta para administração.

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

8.1 O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados no mercado, considerados os preços constantes de bancos públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local da execução do objeto, art 23 da lei 14.133/2021.

8.2. A aquisição de bens, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros de forma combinada ou não.

8.3. A presente pesquisa será elaborada com base na instrução normativa SEGES/ME nº 65, de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

8.4. Os valores que serão utilizados para a formação efetiva de preços, serão oriundos de contratações da administração pública, mídia eletrônica e pesquisa com potenciais fornecedores especializados neste tipo de contratação.

8.5. Serão utilizados os parâmetros II e IV da presente instrução normativa SEGES/ME nº 65, de julho de 2021 para composição da cesta de preços aceitáveis.

8.6.O método utilizado para a obtenção do preço estimado, foi o menor preço global, obtido através de uma cesta de preços aceitáveis.

8.7 Todos os documentos que complementam a pesquisa em tela, juntamente com a pesquisa de preços do ETP são partes integrantes, anexos ao processo administrativo.

8.8 O valor estimado da contratação é de:

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão..... = 20 Prefeitura Municipal de Itaperuna

Unidade Orçamentária.. = 20.21 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional..... = 10.302.0428 Saúde

Projeto/Atividade..... = 2.278.000 Saúde do Trabalhador



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

Natureza da Despesa... = 3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte de Recursos..... = 600 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov

Detalhamento da Fonte. = 60003 CEREST

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, por atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprobatório de que o licitante já forneceu o(s) bem(ns) semelhantes aos licitados.

10.2 Qualificação Econômica Financeira será restrita a Certidão Negativa de falência e concordata;

10.3 A empresa deve possuir todas as certificações exigidas pelas autoridades sanitárias (como ANVISA no Brasil) para comercializar produtos de alimentação, para garantindo que atendam aos padrões de segurança e qualidade.

10.4 A contratada deve garantir o armazenamento correto, com controle de temperatura e umidade, para garantir a qualidade do produto até a entrega. Além disso, deve seguir protocolos para o transporte seguro desses produtos.

10.5 A empresa fornecedora e os profissionais de saúde devem seguir protocolos claros.

10.6 Certificação de conformidade com as regulamentações sanitárias.

10.7 Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND), Certidão Negativa de Débitos Municipais, Certidão de Regularidade Trabalhista, Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certidão de Débitos Trabalhistas.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Termo de Referência, as seguintes sanções:

- a)** Advertência – ao dar causa à inexecução do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b)** Multa - calculada na forma do edital ou do contrato, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento)
- c)** Impedimento de Licitar e Contratar - ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens b, c, d, do item 12.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Município de Itaperuna RJ, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d)** Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar ao responsável pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, após análise jurídica, e observância às regras do §6º, do art. 156, da Lei 14.133/21.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL